

# QUESTÕES ATUAIS ASSOCIADAS AO FENÔMENO DA SOCIALIZAÇÃO ÉTNICA

O objetivo dessa seção foi analisar a socialização étnica, seus aspectos teóricos e empíricos, para isso empreendemos uma análise fundamentada em pesquisas transnacionais, contextual, conceitual e histórica do construto socialização étnica e racial, bem como suas influências no desenvolvimento e nos aspectos psicológicos do indivíduo. Vimos que a socialização racial é um importante construto no enfrentamento do racismo em diversos contextos e que sua utilização pode atenuar os efeitos do racismo sobre crianças negras (HARRIS et al., 2007). Os efeitos da prática da socialização racial/étnica extrapolam os muros da família, e estendem-se às relações entre pares, ao relacionamento com professores produzindo a redução da discriminação racial no contexto escolar (BANERJEE, 2018). Entretanto, o alcance da prática da socialização étnica poderia ter mais impacto se fosse amparado por políticas públicas e pelas diferentes agências de socialização de ampla difusão, a exemplo da grande mídia. A responsabilização da família, sobretudo dos pais, por problemas de origem social (CARVALHO, 2020) é ainda um desafio que os pesquisadores e promotores de políticas antirracistas têm a vencer.

Os estudos sobre socialização racial/étnica, apesar de seu desenvolvimento expressivo nos últimos anos, têm ainda grandes desafios. São questões em certa

medida antigas como as apontadas por Hugles et al. (2006) e outras mais atuais como aponta a mesma autora em estudo mais recente (HUGLES et al., 2016). Os problemas mais antigos, mas ainda persistentes são de três tipos: O primeiro refere-se à proposição de estudos em situações mais controladas (controle de variáveis, estudos experimentais) a fim de aumentar a confiabilidade, consenso e regularidade dos resultados, garantindo-se maior poder explicativo e comparativo quanto às diferenças observadas entre pesquisas conduzidas em contextos distintos. Por exemplo, nos estudos sobre a influência do desenvolvimento e do gênero, realizar pesquisas que incluam meninos e meninas em uma ampla faixa do espectro do desenvolvimento para aumentar a clareza sobre as semelhanças e diferenças dos efeitos da socialização étnica em função do gênero e do estágio de desenvolvimento da criança.

O segundo desafio refere-se à geração conhecimento empírico, que possa ser traduzido em práticas a serem adotadas por acadêmicos, profissionais, pais e promotores de políticas públicas, sobre como preparar efetivamente crianças e jovens para lidar com a discriminação sem comprometer seu senso de competência e suas possibilidades e que possam garantir às crianças e aos jovens recursos para valorar a diversidade sem estabelecer falsas expectativas sobre a estrutura e as relações sociais. E o terceiro aspecto refere-se ao refinamento das investigações, aumentando as amostras e sua representatividade. Utilização de desenhos longitudinais ou experimentais que permitam o exame de mecanismos causais e dados de múltiplos informantes. Incluindo estudos com métodos mistos para entender a profundidade e textura do processo, modelos que envolvam diversos níveis ecológicos (e.g., a família, as relações entre os pares, a cultura mais ampla) para entender de modo mais específico como as intervenções em cada um desses níveis podem favorecer a processos de mudança nas relações interétnicas.

Hugles et al. (2016) chamam atenção ao fato de que apesar do desenvolvimento dos estudos, em termos de sofisticação metodológica, as análises ainda abarcam mais os fenômenos em nível individual, e isto acontece não apenas na análise da socialização étnica, mas também na investigação sobre a identidade e a discriminação étnico-racial. A autora sugere uma mudança do olhar dos pesquisadores das dinâmicas étnico-raciais do nível dos processos interindividuais, para o nível das situações que as produzem, enfatizando que o suporte para o desenvolvimento positivo de crianças e jovens pertencentes a grupos minoritários requer mudanças nas relações sociais. Consequentemente, esse processo deve envolver, necessariamente, a formulação de políticas públicas que forneçam suporte à socialização étnica, incluindo diferentes instâncias

socializadoras, sobretudo, a escola, que pode trabalhar em conjunto com os pais no reforço das mensagens que crianças e jovens recebem em casa.

Permanecem atuais algumas demandas que podem animar novos pesquisadores, tais como: Quando as conversas sobre raça, racismo e etnia emergem? São motivadas por experiências discriminatórias? Quem as inicia? As crianças, os pais, ou outros agentes? Nesse ínterim, compreender a não ocorrência desse diálogo, o silêncio, tal como é característico das respostas obtidas em estudos brasileiros, o que o explica? Estaria ligado ao *color blind* e negação das disputas raciais, como afirma Bonilla-Silva (2003) ou ao branqueamento e às dificuldades em estabelecer uma identidade positiva frente à realidade social do grupo, como afirma Sansone (2004)?; ao mito da democracia racial como afirma Amaral (2001), ou ao contexto histórico-social de divisão da identidade dos negros no Brasil produzido pela miscigenação? Quais fatores produzem o silêncio sobre raça no Brasil?

Em conclusão, é necessário que a socialização étnica seja mais do que uma resposta à discriminação, seja uma prática constante de compreensão da existência do racismo e de sua expressão via preconceito e discriminação. Desenhos interventivos e longitudinais podem contribuir para compreender a conexão entre socialização étnico-racial, racismo e as diferentes instâncias de socialização, assim como monitorar a compreensão da natureza protetora da socialização étnico-racial no contexto da discriminação racial. Uma vez o racismo construído pelos contextos histórico-econômico e social, seu ciclo de difusão pode ser interrompido se a sociedade como um todo, representada pelas diferentes agências e agentes de socialização e todos os grupos sociais, conscientes de seu papel na sua produção e reprodução, atuarem de modo a ter controle sobre esse fenômeno.